

**CÍNTIA FERREIRA ARAÚJO**

**O DESTINO DOS EXPOSTOS: TRAJETÓRIA SOCIAL DE CRIANÇAS  
ABANDONADAS EM MARIANA, 1800-1839**

**MONOGRAFIA DE BACHARELADO**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**Mariana, 2002.**

**CÍNTIA FERREIRA ARAÚJO**

**O DESTINO DOS EXPOSTOS: TRAJETÓRIA SOCIAL DE CRIANÇAS  
ABANDONADAS EM MARIANA, 1800-1839**

**Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Federal de Ouro Preto como parte  
dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel  
em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio.**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**Mariana, 2002.**

A minha querida mãezinha

## AGRADECIMENTOS

Seria impossível agradecer nominalmente a todos que contribuíram de alguma forma na realização desse trabalho, o que poderia levar-me à injustiça em termos de omissão. No entanto, manifesto aqui meu reconhecimento àquelas pessoas que estiveram diretamente ligadas a essa tarefa.

Minha maior dívida fica a Renato Pinto Venâncio pelo voto de confiança, atenção, sugestões e inegável empenho na orientação, além da paciência com a aprendiz. Ao professor Ronald Polito pelo incentivo na fase embrionária desse projeto. A Selma Árabe Andrietta pelas dicas e contribuições bibliográficas sobre demografia histórica. A Gilseane Chaves Silva (Gil), entre outras coisas, pelas informações sobre crianças ingênuas. Aos funcionários do Arquivo da Câmara e Cúria Metropolitana, especialmente a Renata Romualdo Diório e Luciana respectivamente, pela eficiência e companhia durante a estadia junto aos manuscritos. Aos funcionários do ICHS que sempre demonstraram boa vontade quando precisei. Agradeço a Andréa Lisly Gonçalves e Antônio Carlos Jucá de Sampaio, os leitores críticos desta monografia, e demais professores que direta ou indiretamente também colaboraram.

Aos colegas da graduação que fizeram parte de minha história nesses quatro anos de UFOP. A Claudine Ivanoff de Almeida (Clô), companheira de república, principalmente pela revisão dos textos finais. A Marcella Marques

Bonsembiante pelas horas difíceis que esteve ao meu lado. A Alessandra Oliveira de Almeida e Michael Pereira Arruda pelos momentos de descontração. Por fim, sou grata ao CNPq pelo apoio financeiro concedido.

“Da mesma forma que no período colonial, as famílias pobres de nossos dias só encontram uma saída para socorrer os filhos: entregá-los a uma instituição mantida pelo Estado ou pela filantropia privada, abandonando-os assim à própria sorte”.

(Renato Pinto Venâncio, 1997: 170).

## RESUMO

Monografia de Bacharelado, em História Social, apoiada na metodologia demográfica que analisa o destino de crianças abandonadas (expostas ou enjeitadas), em Mariana entre 1800 a 1839. Procuramos analisar, principalmente, o destino das crianças após completarem o sétimo aniversário, quando, segundo a legislação, findava o auxílio pago pela Câmara Municipal as criadeiras. E, as crianças, a partir de então, deveriam ser responsáveis pelo próprio sustento.

O estudo desse tema procura analisar o exposto e o domicílio que o acolheu, indicando se ele voltava ao circuito do abandono ou se passava a pertencer à família criadeira, na forma de agregado. Essa análise nos permitiu, dessa maneira, investigar as formas de exploração do trabalho infantil no Brasil do século XIX.

Com os dados levantados, constatamos que o abandono consistia em uma forma de ruptura familiar e que, a morte, era o destino mais provável da maioria das crianças enjeitadas. O pequeno grupo que conseguia resistir à alta taxa de mortalidade, e sobreviver aos sete anos, acabava por se integrar às famílias criadeiras, ou em outras famílias, na forma de agregado, constituindo parte importante da força de trabalho dos domicílios. O abandono de crianças funcionou como um dos mecanismos sociais que levava à multiplicação de agregados nas sociedades coloniais.

## **ABSTRACT**

This is a Baccalaureate Final Paper in Social History which analyses the destiny of abandoned children (exposed child) in Mariana between 1800 to 1839. Principally after they completed the 7th (seventh) birthday, when according to the legislation, finished the succour payed through the Towncouncil to the creator and this children, after that, musted be responsible for your own maintenance.

The study of this theme try to analyse the exposed child and the domicile that received her, indicating if she returned to the circuit of abandonment or if she passed to belongs to the family that created her, in ther form of aggregate. Allowing us, in this manner to investigate the forms of exploration of the childish labour in Brazil, during the period studied.

With this researched basis, we verified that the abandoned consisted in a form of familiar rupture and that death was the most probable destiny of the majority of the exposed children. And that little group that get resistance to the hight death rates and survive by the seven years, finished by being integrated to the creator families, or in another families as an aggregate, constituing a important part of the work-power of this domiciles. Constituing, the abandonment of children, in one of the socials mechanisms that caused multiplication of aggregates in the colonials societies.



## SUMÁRIO

<b>Lista de Tabelas</b> .....	<b>X</b>
Introdução.....	10
I - O debate historiográfico.....	12
II – O abandono de crianças .....	16
III – O Abandono em Mariana.....	18
IV - Perfil da exposição.....	21
V - A atuação da câmara.....	24
VI - Declínio da assistência.....	26
VII - A morte precoce.....	28
VIII - Número de nascimento por ano .....	31
IX - Causa da morte.....	34
X - Famílias criadeiras.....	36
XI - Após os 7 anos.....	38
Conclusão.....	45
Fontes.....	47
Bibliografia.....	48

## LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Matrículas de expostos em Mariana, 1800-1833.....	22
Tabela 2 – Registro de Batismos de Expostos, Sé de Mariana, 1807-1839.....	22
Gráfico 1 – Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1800 a 1839.....	275
Tabela 3 - Registro de Óbitos de Expostos, Sé de Mariana, 1800-1839.....	31
Tabela 4 - Razão dos óbitos de expostos em relação ao total de inocentes livres – Paróquia da Sé de Mariana, 1808-1839.....	33
Tabela 5 – Índice de mortalidade dos expostos (0 a 1 ano de idade), Paróquia da Sé – Mariana, 1812-1839.....	34
Quadro 1 – Causa da Morte de Expostos da Paróquia da Sé de Mariana, 1800-1839.....	35
Tabela 6 - Total de expostos, em Mariana-1819.....	39
Quadro 2 - Condição social das criadeiras de expostos de Mariana, 1819.....	41
Quadro 3 - Ocupação dos expostos maiores de 7 anos, em Mariana, 1819.....	44

## Introdução

Esse trabalho tem como objetivo a análise do destino de crianças abandonadas, em Mariana, entre 1800 a 1839.<sup>1</sup> Principalmente após completarem o sétimo aniversário, quando, segundo a legislação, findava o auxílio pago pela Câmara Municipal às criadeiras.

Para que nossa análise se tornasse mais objetiva, escolhemos, como local a ser pesquisado, a cidade de Mariana. A razão dessa escolha decorreu, na verdade, da disponibilidade de fontes documentais e por ter sido Mariana uma localidade onde o abandono foi institucionalizado. Esse fato nos possibilita uma tentativa de análise do destino daquelas crianças que passaram pelo auxílio camarário. E o recorte temporal se deu em razão da existência de “Listas Nominativas”, elaboradas nos anos de 1819, 1822 e 1835, para essa cidade. O que nos possibilita uma tentativa de acompanhar o percurso do conjunto das crianças expostas.<sup>2</sup>

Ao longo da pesquisa e através do diálogo com a bibliografia estudada, fez-se necessário à coleta de informações em documentos que, a princípio, não se imaginava. Sendo assim, as fontes primárias, que utilizamos para a execução desse trabalho, foram: os “Registros de Batismos” (1807-1839) e “Registros de Óbitos” (1800-1839),

---

<sup>1</sup> Versão levemente modificada e atualizada da monografia intitulada “O destino dos expostos: trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800-1839”, apresentada, em 2002, ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

<sup>2</sup> O termo “exposto” era utilizado para designar crianças encontradas, sobretudo, em terrenos baldios que se encontravam expostas à morte devido a fatores naturais como frio. E também expostas a animais, como porcos, que ficavam soltos pelas ruas e poderiam atacar esses bebês. O termo “enjeitado” era utilizado como uma certa “prova de amor” pelas mães que impossibilitadas de alguma forma de criar os seus filhos os deixavam em localidades onde pudessem ser encontrados como, por exemplo, em portas alheias.

encontrados no AEAM (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana ou Cúria Metropolitana); as “Matrículas de Expostos” (1800-1833), os livros de “Receita e Despesa” da Câmara de Mariana (1800-1839) e as “Listas Nominativas” (1819, 1822 e 1835), documentação disponível no AHCMM (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana).

Ao analisarmos a documentação e cruzarmos com os documentos produzidos pela Igreja, nos restringimos à coleta referente à paróquia da Sé. Isso porque, devido às distâncias das demais paróquias em relação a sua sede ficava em muito dificultado o assento dos batismos ou óbitos, retardando, as vezes, em anos o registro do fato, o que compromete demasiadamente nossa investigação. Nas Listas Nominativas, foram consideradas a sede urbana de Mariana e as demais áreas rurais registrada no rol dos habitantes.

Quanto às interpretações historiográficas que nos apoiamos, exploramos as hipóteses de Renato Pinto Venâncio e de Maria Luíza Marcílio, que vêem na "morte" o principal "destino" dos expostos; ao passo que os sobreviventes são, via de regra, utilizados como mão-de-obra suplementar e gratuita dos domicílios de acolhida.

## **I - O debate historiográfico**

O estudo das representações da infância é considerado tão importante que a historiografia conta com uma ampla gama de informações sobre a criança e seu passado.

O pioneiro desses estudos é o francês Phillipe Ariès, que, ainda em 1948, lançou

seu primeiro trabalho a respeito do tema. Segundo esse autor, o alvorecer da Época Moderna estabeleceu a supervalorização da criança. As *Reformas* - protestante e católica - fizeram da *educação infantil* um instrumento de enquadramento das populações cristãs nos preceitos da fé. Essa transformação representou uma ruptura em relação à Idade Média e deu origem a noção que atualmente se tem sobre a infância.

No entanto, ao se pensar em história das crianças, não há como desassociá-la da história do abandono, prática que foi sumamente difundida e legalizada no Ocidente. Tal constatação contrapõe-se, dessa forma, com a cronologia estabelecida por Ariès, pois é exatamente no momento da "supervalorização da criança" que ocorre a institucionalização do abandono.

Vários autores tentaram explicar esse paradoxo, alegando que o ato de abandonar crianças substituiu o infanticídio - motivado pelo nascimento de um filho ilegítimo ou de uma criança com defeitos físicos, que, no meio camponês, representava um "peso" e não uma mão-de-obra em potencial -, demonstrando assim que houve um aumento de respeito pela vida da criança.

Outros trabalhos sobre o abandono foram publicados nos anos setenta. Na década seguinte, esse assunto tornou-se praticamente obrigatório nos estudos históricos de demografia urbana e também nos estudos sobre sistemas urbanos de assistência.

Ao longo desses anos, estudiosos tentaram buscar a causa da prática do abandono. De maneira geral, estabeleceu-se o seguinte conjunto de causas:

- a) Aqueles que viam o abandono como uma alternativa ao infanticídio.

- b) Alguns explicaram tal ato como uma forma de contracepção, ou seja, uma forma de planejamento familiar praticado em sociedades cujos métodos contraceptivos eram insignificativos.
- c) Outros relacionaram o abandono a fatores conjunturais. Seria praticado por pessoas que estariam passando por dificuldades financeiras e viam no abandono o único modo de se beneficiar dos fundos públicos. O abandono, então, seria temporário e se trataria de filhos legítimos que acabavam desviando as instituições de assistência de seu objetivo inicial que era socorrer crianças indesejadas.
- d) Aqueles que viam no ato de abandonar uma conseqüência direta da "defesa" da honra feminina, em razão do nascimento de um filho ilegítimo.
- e) Na visão de outro grupo de estudiosos, o abandono seria uma das formas de redistribuir a crianças entre os domicílios escassos e os com excesso, havendo uma circulação de crianças.

Seja qual tenha sido a causa do abandono, o fato é que, no século XIV, começa-se a encontrar indícios de medidas assistenciais em prol desses pequeninos. Mas, é, sobretudo, a partir do século XVIII que Iluministas e Absolutistas vão sugerir projetos, numa tentativa de aproveitar esse excedente populacional em favor do poder monárquico. Tais iniciativas visavam utilizar os expostos, entre outros fins, no exército, marinha e no povoamento forçado de áreas coloniais.

Em Portugal, a palavra “enjeitado” - como sinônimo de criança abandonada - aparece pela primeira vez no início quinhentista, através das Ordenações Manuelinas, que encarregava os conselhos de financiarem a criação das crianças na ausência da

família. No início do século XVII, uma importante alteração é registrada: as Ordenações Filipinas acrescentam a permissão da cobrança de “fintas dos enjeitados” à legislação anterior. Essa situação permaneceu sem alterações até o século XIX (embora tenham existido conselhos que firmaram contratos com as Misericórdias<sup>3</sup> ou receberam ajuda financeira do rei). Outra forma de assistência surge através de instituições independentes, chamadas “Ordens Terceiras”, que foram fundadas entre os séculos XVII e XVIII.

Com a expansão ultramarina, os europeus exportaram o modelo de assistência às crianças desamparadas para as novas áreas conquistadas. No Brasil Colonial, seguindo o modelo português, estabeleceram-se contratos entre as Câmaras Municipais e as Misericórdias. No entanto, essas últimas somaram um total de apenas 16 em todo o território, sendo que em 13 delas existiram as rodas: <sup>4</sup> três foram criadas no período colonial (Salvador 1726, Rio de Janeiro 1738 e Recife 1789), uma no início do Império (São Paulo 1825) e todas as demais foram criadas em decorrência da *Lei dos Municípios* em 1828, que isentava a Câmara do encargo com os expostos, desde que houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que se responsabilizasse por essas crianças.<sup>5</sup> Nos locais onde não existiram as Santas Casas, a assistência recaiu sobre a responsabilidade dos Conselhos. Mas nem mesmo essa alternativa foi uma realidade para todo o território

---

<sup>3</sup> As Misericórdias eram confrarias laicas, sob a proteção indireta do rei que foram fundadas em Portugal a partir de 1498 na maioria das cidades do reino e suas colônias.

<sup>4</sup> É provável que as rodas fossem instrumentos normais de mosteiros de clausura que estariam relacionados à troca de objetos do interior para o exterior ou vice e versa, sendo depois utilizado como mecanismo do abandono.

<sup>5</sup> MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, M. C. de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 66. (grifo da autora).

colonial; na maioria dos locais, o amparo aos enjeitados foi tomado por terceiros, pois as intervenções públicas estiveram presentes somente nos principais centros urbanos.

A institucionalização do abandono foi uma realidade no Ocidente da Época Moderna. No século XIX, porém, sua eficácia começou a ser questionada - principalmente devido às altas taxas de mortalidade infantil registradas - e essa forma de assistência acabou entrando em declínio. No Brasil, mesmo com a Independência, conserva-se a precariedade colonial da assistência. É somente com a crise da escravidão que essas tradicionais instituições beneficentes entram em declínio. Com o progresso das organizações de assistência, a *Roda* torna-se obsoleta, embora tenha persistido - em alguns centros urbanos - até a primeira metade do século XX, quando data a desativação da última roda dos expostos brasileiros.

## **II – O abandono de crianças**

Segundo Phillipe Áries,<sup>6</sup> a noção de infância surgiu tardiamente nas sociedades ocidentais, e, com ela, surgem as instituições destinadas a auxiliar as crianças desamparadas. No século XVIII, com as idéias populacionistas do Absolutismo e do Iluminismo, onde a noção de riqueza de um Estado é medida pelo número de pessoas que o compunha, inicia-se uma maior preocupação com essas crianças abandonadas; justificando os investimentos com expostos, como uma tentativa de aproveitar esse excedente populacional em favor da "glória do reino".<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> ARIÈS, Ph. *História da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>7</sup> Bowlé retrata a evolução do fenômeno do abandono ao longo da Idade Média, chamando a atenção para as regulamentações produzidas pela Igreja e para o surgimento, em princípios do século XIII, das casas de expostos ou hospícios. Estes, segundo o autor, se instalaram até fins do século XV nas grandes cidades européias. Nessas instituições foram criadas, por volta do século XV, as primeiras rodas de expostos. Ver: BACELLAR, C. de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos*



“A maior preocupação do Estado com as crianças desprotegidas pode considerar-se contemporânea de uma doutrina segundo a qual o aumento da população seria a base da riqueza de uma nação. Efectivamente, a partir de meados do século XVIII, o crescimento populacional passou a ser uma questão de Estado, visto que esse aumento poderia contribuir (...) para o seu engrandecimento econômico e militar (...)”<sup>8</sup>.

No Brasil Colonial, inspirado em instituições europeias, surge, em fins do século XVII, uma forma de assistência às crianças enjeitadas, que, a princípio, consistia no pagamento de um pecúlio pelas Câmaras Municipais as *criadeiras* (mulheres que recebiam para criar exposto). Esse pecúlio era fornecido trimestralmente ou de uma só vez, quando a criança completasse sete anos de vida. No século XVIII aparecem as Santas Casas de Misericórdias, que, entre outros propósitos, passam a atuar no acolhimento dos pequeninos colocados na roda (cilindro de madeira fixado na parte lateral das Santas Casas, que funcionavam como receptáculo de expostos).

Mas a institucionalização do abandono não ocorreu majoritariamente em todo Brasil, pelo contrário, as instituições especializadas só existiram em alguns poucos centros urbanos importantes. O que ocorria na maioria das vilas ou cidades era o abandono domiciliar, ou seja, a criança era deixada em portas alheias ou lugares onde poderiam ser encontradas. Pois o abandono, na maior parte das vezes, tinha como objetivo salvar vidas, mesmo que esse objetivo não fosse alcançado devido à alta taxa de mortalidade entre essas crianças.

---

XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p. 182.

<sup>8</sup> FONTE, Teodoro Afonso da. *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625- 1910)*. Viana do Castelo: Edição: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1996, p. 39.

A legislação determinava que o enjeitado deveria ser assistido até os sete anos. Atingindo a idade da razão (quando o indivíduo passa a ser considerado adulto), passaria para a responsabilidade do Juiz de Órfãos, caso não tivesse criado vínculos com a criadeira ou ama. O juiz, então, deveria inseri-lo no mercado de trabalho e sua responsabilidade para com o exposto cessaria quando esse completasse 20 anos, quando se emanciparia (as outras crianças livres eram emancipadas apenas aos 25 anos).

Seria equivocado instituir uma causa única para o abandono. Várias razões poderiam estar por trás das exposições como: alternativa ao infanticídio, pobreza familiar, meio de apropriação de fundos públicos, forma de preservar a honra feminina, forma extrema de contracepção, entre outros motivos ou causas que impediam os pais de criá-los. Esses múltiplos usos deram legitimidade a esse sistema perverso de assistência que teve vida longa. Apenas em meados do século XIX que, na Europa, começará uma campanha para sua extinção devido à alta taxa de mortalidade, que era suficiente para derrotar os projetos idealizados com a sua criação. No Brasil, esse movimento não teve muita força, pois as principais rodas persistiram até a primeira metade do século XX, como a de São Paulo que foi extinta em 1948.

### **III – O Abandono em Mariana**

Como sabemos, as Misericórdias tardaram a chegar em Minas Gerais e pouquíssimos eram os lugares nos quais existia a institucionalização do abandono.

No caso de Mariana, centro de referência para época, a criação dessas crianças recaía sobre a responsabilidade da Câmara Municipal. A pessoa que encontrasse

enfeitado deveria levá-los à Câmara para matricular no auxílio ao exposto. Tendo que declarar, sob juramento, não conhecer os pais do enfeitado e, no caso de tomar conhecimento deles durante a criação, teria que declarar à Câmara.

Muitas vezes, essas pessoas não só os conheciam como eram os próprios pais, expondo seus filhos, numa tentativa de se beneficiarem dos fundos públicos, ajudados muitas vezes pelos párocos que concediam atestados exigidos pela Câmara, declarando o bem estar do exposto.

Atesto que uma exposta em caza de Manoel Lopes da Silva, de nome

Leocádia, está viva, e bem criada. Passa o referido naverdade q afirmo.

Passagé de Mariana 9 de 8<sup>bro</sup> de 1799

O Capelão Antonio Justiniano Maciel. <sup>9</sup>

Se a fraude viesse ao conhecimento, o matriculante teria que restituir a despesa gasta com a criança, mas a pessoa poderia se livrar da pena sob a alegação de pobreza.

Outra forma de assistência era a familiar. Existiam famílias que criavam expostos sem nunca tê-los matriculado no auxílio, ou seja, não recebiam pecúlio para criá-los. Seja por caridade (lembrando que a noção de caridade é diferente da que temos hoje, a preocupação principal era que a criança não morresse pagã), seja como forma de pagar promessas seja pelas compensações que a legislação oferecia por se criar enfeitados como isenção de impostos, dispensa militar para o marido e filhos da criadeira.

Com o avançar do século XVIII, os gastos com expostos foram aumentando, fazendo com que a Câmara tomasse medidas para se precaver desse “prejuízo”. Chegou-se mesmo a aprovar uma lei que nomeava o alcaide local para notificar toda mulher que

---

<sup>9</sup> AHCMM, Miscelânea, códice 718. Obs.: Nas transcrições dos documentos aqui utilizados, optamos pela não atualização do texto, tentando, assim, ser o mais fiel possível ao original.

estivesse grávida e não fosse casada perante a Igreja, o chamado “Alcaide das Mulheres Grávidas”.<sup>10</sup> Remontando, essa lei, a outra de Portugal, do “Regimento dos Quadrilheiros”, que tinha a mesma função. E no Código Filipino, constava pena de degredo ao crime de se ocultar o parto, lei que pode ser averiguada na provisão de Mariana do dia 7 de maio de 1784, como abaixo:

(...) fim de notificar a cada e qualq<sup>er</sup> m<sup>er</sup> solteira de qualq<sup>er</sup> qualidade que seja que perssentir andar pejada parada das barrigas neste Senado, pena de suppreção para sempre, e de trinta dias de cadeia; de baixo da mesma pena (...).<sup>11</sup>

Houve, por parte da Câmara de Mariana uma certa resistência a criação de crianças mulatas ou negras, como mostra Laura de Mello e Souza e também um documento que segue sua transcrição parcial:

“Tem crecido a tanto numero os enjeitados q fazem de despeza todos os annos aos bens do Conselho sete mil e tantos cruzados (...) vão aumentando por se (...) engeitarem mulatos e negros (...) q as mas mais (...) cativas encobriendo suas barrigas e mandando expor afim de serem forros (...) ficam do seus senhores de perderem seus escravos e os Bens do Concelho danificados (...) q so poderão ter algu consta (...) se (...) for servido mandar q os expostos q (...) não forem brancos fiquem sugeitos pela creação a mesma Câmara p<sup>a</sup> depois deles creados se disporem na forma a q for justo(...) evitando assim tanta despeza ao Concelho como se costuma fazer (...)”.<sup>12</sup>

Atitudes essas que contrariavam a legislação que proibia a discriminação racial no exercício da caridade camarária e das Misericórdias. Confirmando aqui o que se

---

<sup>10</sup> VENANCIO, R. P. Os expostos e o alcaide das mulheres grávidas. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 166 a 169.

<sup>11</sup> AHCMM, Registro de Provisões, código 216, p. 5r, linha 27.

<sup>12</sup> AHU-Con.Ultra-Brasil/MG-Cx:81, doc.:20, CD-ROOM nº 23.

passava, não só em Mariana, como em toda a Colônia, de um modo geral perante o horror a mestiçagem.

#### **IV - Perfil da exposição**

Para entendermos o perfil da exposição de crianças em Mariana no período de 1800 a 1839, foram pesquisados os códices referentes às “Matrículas de Expostos”, existentes no AHCMM (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana). Essa documentação nos permite conhecer as entradas no auxílio ao exposto do ano de 1765 a 1833, quando então finda o registro dessas crianças.

De 1800 a 1833, período aqui analisado, foi encontrado, por essa pesquisa, 283 matrículas, sendo 171 meninas e 109 meninos (em três matrículas não pudemos identificar o sexo do enjeitado). Organizamos essas matrículas em décadas como mostra a tabela 1.

Para o período abordado, foram registrados 2721 batismos. Privilegiaremos, nesse estudo, apenas as informações referentes a enjeitados. Ao observarmos os registros de batismos veremos que das 313 crianças batizadas como expostas 150 eram meninas e 158 meninos, em cinco casos, não foi possível identificar o sexo do enjeitado. Tabela 2.

**Tabela 1 - Matrículas de expostos em Mariana, 1800-1833**

Ano	Masculino	Feminino	N/C*	Total
1800-1809	46	68	-	114
1810-1819	26	49	01	76
1820-1829	28	43	01	72
1830-1833	09	11	01	21
Total	109	171	03	283

Fonte: AHCMM, Livros de Matrícula de Expostos de Mariana, 1800-1833.

\* N/C, não consta ou não se pode verificar no documento original o sexo da criança.

**Tabela 2 – Registro de Batismos de Expostos, Sé de Mariana, 1807-1839**

Ano	Masculino	Feminino	N/C*	Total
1807-1809	17	22	-	39
1810-1819	67	54	01	122
1820-1829	49	42	02	93
1830-1839	25	32	02	59
Total	158	150	05	313

Fonte: AEAM, Livros de Registro de Batismos da Sé de Mariana, 1807-1839.

Podemos dizer, então, que dessas 313 crianças batizadas, 283 deram entrada ao pecúlio. As 30 restantes estariam incluídas naqueles batismos *in articulo mortis*, devido à morte precoce ou pelo fato de famílias se disporem a criá-los sem ajuda financeira, nunca chegando, por isso mesmo, a serem matriculados no auxílio camarário.

Uma interpretação possível do abandono é a de que tal gesto:

(...) não era o resultado da variabilidade das condições econômicas, mas dizia respeito a uma dada proporção de nascimentos (...) poderia demonstrar que as crianças não eram abandonadas devido ao sexo ou a maus anos econômicos, mas apenas porque uma parte das crianças nascidas não podia ser criada pelas famílias respectivas,

por razões econômicas e sociais se natureza estrutural e não conjuntural.<sup>13</sup>

Para Laura de Mello e Souza, em Mariana da segunda metade do século XVIII, o maior número de meninos expostos, em relação ao número de meninas, seria, também, um reflexo da flutuação natural. Nossos dados, contudo, invalidam essas afirmações, pois a razões de gênero, tanto no registro paroquial, quanto na documentação camarária, são distantes dos índices "naturais" de 106 meninos para cada grupo de 100 meninas.

Quanto às pessoas que matriculavam essas crianças, 140<sup>14</sup> delas eram mulheres e 123 homens. Diferente do encontrado por Mello e Souza, onde majoritariamente eram os homens que iam à Câmara matricular os expostos. Isso, talvez, possa ser explicado pela evasão masculina para outras áreas a procura de atividades devido aos tempos difíceis que se encontrava a cidade de Mariana, devido à crise aurífera. Apenas 19 (12 mulheres e 7 homens) matriculantes do total, impossibilitado de se apresentarem à Câmara por alguma razão, recorreram a procuradores do sexo masculino para lhes representarem.

É interessante observar que algumas pessoas matricularam mais de uma criança, seja no mesmo ano ou em anos próximos, coexistindo em um mesmo domicílio vários expostos. Dos matriculantes, 24 deram entrada a mais de uma criança, 16 deles matricularam 2 expostos, 8 matricularam 3 expostos, e apenas uma, D. Catharina Clara de Jesus, aparece como a matriculante de 4 crianças.

No nosso recorte, ela aparece pela primeira vez em 1807 quando dá entrada a exposta Maria; em 1817 da entrada a uma outra exposta, que vem a falecer em 1819.

---

<sup>13</sup> SÁ, I. dos G. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos no Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 161.

<sup>14</sup> Exclusive 1 por estar ilegível o matriculante o que impossibilitou identificar o sexo.

Nesse ano D. Catharina, novamente, matricula uma menina, e três anos mais tarde é a matriculante de outra exposta.

Entre esses matriculantes, encontramos 4 Alferes, 1 Reverendo, além do Procurador da Câmara, 1 Sargento Mor e 5 mulheres denominadas “Donas”, ou seja, pessoas com uma certa posição social, que, talvez, tinham como objetivo o aumento da mão-de-obra em seu domicílio, aumentando o número de agregados.

#### **V - A atuação da câmara**

Teoricamente, a Câmara Municipal seria responsável por todos os bebês enjeitados. Mas nem sempre a legislação foi respeitada, como evidenciam as documentações em que a Câmara deixa clara sua intenção de não criar mestiços.

Aqueles pequeninos que chegaram a ser matriculado no auxílio contariam com um pecúlio pago a criadeira até completarem sete anos, ou até o seu falecimento. Fato que, aliás, era o destino mais comum entre essas crianças abandonadas. Essa ajuda poderia ser fornecida trimestralmente ou de uma só vez no final da criação, quando a quantia somada, em certas épocas, dava para comprar um escravo adulto, o que tornava a criação bastante atraente.

Como sabemos, no decorrer do século XVIII, houve um aumento nos gastos com expostos, o que fez com que a Câmara tomasse medidas na tentativa de se precaver do “prejuízo”. Para verificarmos a ocorrência desse fato também no período estudado, pesquisamos os livros de “Receita e Despesa” (AHCMM), na tentativa de levantarmos os gastos que a Câmara teve com crianças enjeitadas no total de suas despesas.



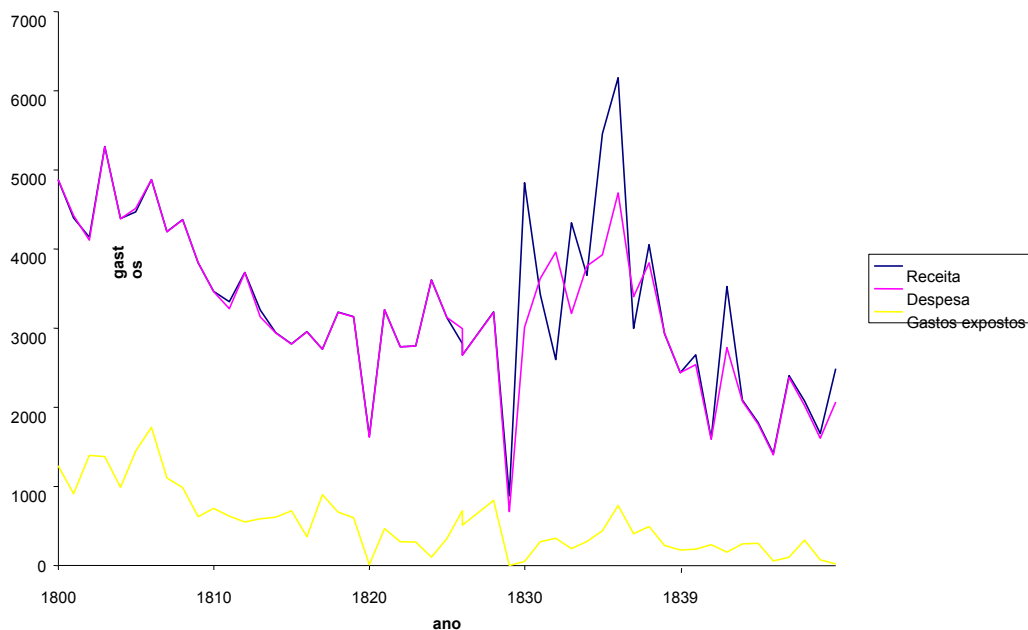
Como mostra o gráfico 1, em 1800 a receita chegou a um valor de 4:876\$163 (quatro contos, oitocentos e setenta e seis mil e cento e sessenta e três réis), e é gasto com enjeitados 1:259\$536 (um conto, duzentos e cinqüenta e nove mil e quinhentos trinta e seis réis), ou seja, um valor muito significativo. Em vários anos a receita se iguala à despesa, tendo uma maior oscilação a partir de 1829, atingindo seu ápice em 1833. Nessa ocasião, a região vinha passando por uma crise que acabou resultando em uma revolta de caráter fiscal, a chamada “Revolta da Fumaça ou Sedição de Ouro Preto”,<sup>15</sup> que talvez possa explicar a oscilação mostrada pelo gráfico.

Em 1810, a Câmara gasta com os enjeitados 722\$550 (setecentos e vinte dois mil e quinhentos e cinqüenta e cinco réis) e a receita total desse ano fica cada uma em 3:462\$452<sub>1/2</sub> (três contos, quatrocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e cinqüenta e dois réis e meio). Em 1819, os oficiais da Câmara gastam com essas crianças 604\$462 (seiscentos e quatro mil e quatrocentos e sessenta e dois réis) e a receita total é de 3:143\$593<sub>1/2</sub> (três contos, cento e quarenta e três mil e quinhentos e noventa e três réis e meio). Para 1829, não foi encontramos menção a gastos com enjeitados. E em 1839, foram gastos 253\$842 (duzentos e cinqüenta e três mil e oitocentos e quarenta e dois réis), chegando a receita a 2:926\$742 (dois contos, novecentos e vinte e seis mil e setecentos e quarenta e dois réis) e a despesa que excedeu um pouco, somando o valor de 2:936\$210 (dois contos, novecentos e trinta e seis mil e duzentos e dez réis).

---

<sup>15</sup> ANDRADE, F. E. de. Poder local e herança colonial em Mariana: Faces da Revolta do “Ano da Fumaça” (1833)”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 127 a 135.

**Gráfico 1 – Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1800 a 1839**



Fonte: AHCMM, Livros de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1800-1839.

Esses dados nos mostram que a despesa com expostos que, em princípio do século XIX, chega a quase um terço do total da despesa da camarária, vai diminuindo com o passar dos anos; ao contrário do ocorrido na segunda metade do século XVIII, onde os gastos com enjeitados vão aumentando de tal forma que o poder municipal toma medidas para precaver o Conselho.

## **VI - Declínio da assistência**

A Câmara Municipal de Mariana registrou expostos de 1765 a 1833, a partir dessa data não é encontrada, em seus registros, matrícula dessas crianças.

Como vimos, os gastos com expostos vão diminuindo com o avançar dos anos, tendendo a um declínio ao longo de século XIX. Para demonstrar esse declínio, usamos para efeito de comparação, um trabalho que fizemos o qual engloba outro recorte temporal, mas nos dá uma visão da continuidade desse fato. O objetivo do trabalho era verificar os gastos que a Câmara de Mariana teve com expostos após a abolição da escravidão, comparando, assim, os gastos com enjeitados dez anos antes e dez anos depois do 15 de maio de 1888.<sup>16</sup>

Para isso, foi consultado o “Código de Leis de Minas Gerais” que se encontra no acervo da “Biblioteca Arquiepiscopal”, documentação que contém os gastos das Câmaras de Minas no século XIX. Encontramos documentos apenas para o ano de 1881 a 1889 para a cidade de Mariana.

Nos anos de 1881 e 1882 não foram encontrados registro de gastos com crianças expostas, e de 1883 a 1889, observa-se que a quantia gasta com enjeitados é muito pequena em comparação à primeira metade do século. Pudemos observar ainda, que em 1883 apenas seis, das setenta e três câmaras existentes em Minas Gerais, apresentavam em suas despesas gastos com expostos. E em 1888, também seis, dos oitentas e duas câmaras, incluíram enjeitados no rol de seus gastos, havendo ano em que a câmara não chega gastar nem mesmo 100\$000 (cem mil réis) pela criação deles.

Com a análise dos dois períodos estudados, podemos notar que, com o avançar do século XIX, os investimentos camarários aos expostos vão diminuindo,

---

<sup>16</sup> Trabalho “Crianças abandonadas”, apresentado à disciplina intitulada *Seminário de Brasil I* do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Disciplina ministrada no segundo semestre de 2001 pelo professor Dr. Renato Pinto Venâncio.

principalmente no período abolicionista, quando há uma maior necessidade, por parte do mercado, de suprir a força de trabalho devido à abolição da escravatura.

## **VII - A morte precoce**

As elevadas taxas de mortalidade eram comuns nas sociedades do Antigo Regime, principalmente entre as crianças. Tal situação era aceita naturalmente pela família, que acreditava que esses “anjinhos”, quando batizados, tinham seu lugar assegurado no céu.

No caso dos expostos, além de estarem sujeitos às mesmas dificuldades das outras crianças, tinham outros agravantes. Entre as causas para a morte precoce, havia a amamentação por amas e criadeiras “sem leite”, que usavam a amamentação artificial como meio de alimentar os pequenos. O que resultava em conseqüências nefastas para o enjeitado. Situação que começa a mudar somente com a reforma sanitária e após a difusão das técnicas de pasteurização e ferverção do leite.

Durante os séculos XVIII e XIX, as crianças abandonadas conviveram com os mais elevados índices de mortalidade infantil registrados na sociedade brasileira, superiores mesmo aos dos filhos de escravas.<sup>17</sup>

Tendo em vista a alta taxa de mortalidade entre as crianças enjeitadas, partimos da hipótese de ser o abandono, também em Mariana, uma forma de ruptura familiar, sendo a morte o destino mais freqüente das crianças enjeitadas. Para verificarmos esta

---

<sup>17</sup> VENANCIO, R. P. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador-Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Papyrus, 1999, p. 99.

hipótese, foram pesquisados os “Registros de Batismo” e “Registros de Óbito”, pertencente à *Paróquia da Sé de Mariana*; documentação que se encontra no AEAM (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana).

A primeira documentação - o *registro de batismo*,<sup>18</sup> contém as seguintes informações: nome, data de nascimento,<sup>19</sup> data de batismo, filiação, padrinhos e local do batismo, disposto como no exemplo abaixo:

Aos dez de maio de mil oito centos e vinte hum na Cathedral o Reverendo Cura Joaquim José Rodrigues baptizou solemnem<sup>e</sup>, e poz os Santos Óleos a Fortunato innocente, exposto ao Sargento mor João Jose de Oliveira Malta foraã padrinhos o Tenente Coronel Fortunato Rafael Archanjo da Fonseca, e sua irmã D. Maria Rosa da Fonseca, todos desta cidade (...).<sup>20</sup>

Nessa documentação, encontramos alguns batismos que nos chamaram a atenção, como o seguinte:

Aos 13 de julho de mil oito centos e trinta e seis em casa de morada de Cônsul Jugles Alexandre João forão baptizados pelo R<sup>mo</sup> Vigário Miguel de Noronha Pires - D. Marianna nascida em semptembro de mil oito centos e trinta hum forão padr<sup>os</sup> (...), D. Ignacia Alexandre de id<sup>e</sup> de dous annos forão padr<sup>os</sup> (...) e Clemente, nascido a quatro de junho do corrente anno forão padr<sup>os</sup> (...) filhos os 3 baptizados do m<sup>mo</sup> Cosul Jugles e D. Isabel Clemente moradores nessa cidade (...).<sup>21</sup>

O que chama atenção nesse registro é o fato de as duas meninas serem denominadas “Dona” e serem crianças; para outros períodos, encontramos outros casos como esse. Em todos eles, se tratava de filhas de pessoas com uma certa posição social,

---

<sup>18</sup> Foram encontrados registros de batismos apenas para o período de 1807-1839.

<sup>19</sup> Essa informação não é regra para todos os documentos.

<sup>20</sup> AEAM, Registro de Batismos - Livro 17 “O”, p. 67r.

<sup>21</sup> AEAM, Registro de Batismos - Livro 17 “O”, p. 242r.

o que pode explicar essa denominação. Pois *Dona* é o feminino de *Dom*, termo que indica uma posição social elevada e não tem o sentido que damos hoje, de respeito a uma pessoa mais velha. O mesmo notamos para expostas maiores de sete anos, que também carregam essa denominação, quando suas criadeiras são “Donas”.

O mais surpreendente no registro acima é o fato de as duas meninas serem batizadas numa idade bem avançada para a época. O comum era batizar a criança o mais rápido possível devido a alta taxa de mortalidade. Temia-se que se morressem sem receber os Santos Óleos iriam para o limbo.<sup>22</sup> E era o batismo, também, a forma de protegê-las dos perigos a que estavam sujeitas naquela tenra idade. Como, por exemplo, a ameaça constante de bruxas que estariam a solta à procura de “anjinhos” para fazerem seus unguentos e encantamentos. Assim destacava Alexandre de Gusmão:

A primeira cousa pois a que devem atender os pays na creação dos filhos , em quanto sam infantes, he aos perigos a que está exposta aquella tenra idade, em quanto nam recebem a agua do Bautismo, pelo grande perigo de perderem a felicidade eterna morrendo sem elle.<sup>23</sup>

Os livros paroquiais registraram para o período o número de 1755 falecimentos de inocentes. A tabela 3 nos mostra o número de óbitos das crianças expostas durante o período analisado.

---

<sup>22</sup> O limbo era o lugar onde segundo a teologia católica posterior ao século XIII, se encontrava as almas das crianças muito novas, embora não tivessem culpa pessoal, morreram sem receber o batismo que as livrasse do pecado original.

<sup>23</sup> GUSMÃO, A. de. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. Lisboa: s.n., 1685, p.170.

**Tabela 3 - Registro de Óbitos de Expostos, Sé de Mariana, 1800-1839**

Ano	Masculino	Feminino	Total
1800-1809	49	46	95
1810-1819	35	24	59
1820-1829	36	27	63
1830-1839	11	12	23
Total	131	106	240

Fonte: AEAM, Livros de Registro de Óbitos da Sé de Mariana, 1800-1839.

### **VIII - Número de nascimento por ano**

Raros foram os registros que traziam a data de nascimento da criança. Então optamos em usar a data de batismo para indicar esse acontecimento. Como sabemos esse era o sacramento mais importante e ocorria muito próximo ao nascimento. Ao todo, foram identificados 313 expostos, 158 meninas e 150 meninos, como vimos anteriormente.

Esses dados nos permitem ainda conhecer o número de filhos legítimos e ilegítimos. Considerando, aqui, “legítimos” aqueles em cujo registro aparece essa denominação ou ainda aqueles que menciona o nome do pai e da mãe. Do total de batismos, sete casos não se pode verificar a filiação da criança, as expostas somam uma porcentagem de 11,32%. Os registros que mencionam o nome do pai e da mãe perfazem um total de 41,31% e 47,12% dos batismos registram apenas o nome de um dos dois, e na maioria das vezes é o da mãe.

Na segunda documentação – o *registro de óbitos* -, nos é fornecido, entre outros dados, o sexo, lugar de enterro, e, no caso dos enjeitados, a quem foram entregues, como no exemplo seguinte:

Aos 16 de março de 1800 faleceu a innoc M<sup>a</sup> exposta a Anna M<sup>a</sup> Thereza parda foi encomendada e sepultada na Cathedral em cova da Fabrica para constar mandei fazer esse (...).<sup>24</sup>

Nessa série documental, foram levantados 1.755 óbitos de inocentes, sendo 240 referentes aos expostos, 945 a inocentes livres e 580 de crianças cativas. Entre os registros de expostos, foram encontrados 11 casos de óbitos de expostos adultos como o abaixo:

Aos 26 dias do mês de agosto de 1827 faleceu D. Maria Salomé de Souza Coutinho exposta nesta cidade na casa de D. Catharina Clara de Jesus, onde viveo sempre no estado de solteira, e sem testamento e no dia 27 do d<sup>o</sup>mes por ordem da d<sup>a</sup> D. Catharina se lhe fes enterro solenne (...) Impostou este funeral na quantia de 41\$622 (...) a que tudo se obrigou a d<sup>a</sup> D. Catharina Clara de Jesus (...) p constar faço este assento (...).<sup>25</sup>

Em todos os onze casos de expostos maiores de sete anos, se tratavam de mulheres solteiras, que talvez viriam a perder essa denominação com o casamento, quando então, formariam uma nova família.

Tendo os dados de óbitos dos expostos e inocentes (apenas os livres), procuramos a porcentagem das mortes de expostos em relação às outras crianças, agrupadas em blocos de 10 anos como mostra a tabela 4:

---

<sup>24</sup> AEAM, Livro de Registro de Óbitos, Livro 18 “Q”, p. 177r.

<sup>25</sup> AEAM, Livro de Registro de Óbitos, Livro 20 ”Q”, p. 93v.



**Tabela 4 - Razão dos óbitos de expostos em relação ao total de inocentes livres - Paróquia da Sé de Mariana, 1800-1839**

Ano	% de morte de expostos
1800-1809	25,47
1810-1819	18,91
1820-1829	23,16
1830-1839	11,44

Fonte: AEAM, Registros de Óbitos da Sé de Mariana, 1800-1839.

Com o total de batismos e óbitos, pretendíamos calcular o índice de mortalidade dos enjeitados. Mas, infelizmente, em grande parte dos óbitos não vinha especificada a idade dos indivíduos, constando apenas se era inocente ou adulto. O que dificulta o cruzamento dos dados, pois os batismos dizem respeito as crianças recém-nascidas e os óbitos registram os inocentes, ou seja, a população de zero a sete anos. Um cálculo pretendido através dessas duas informações distorceria o resultado final da análise. Por isso foram cruzados os registros batismais apenas com os documentos que eram possíveis conhecer a idade de morte dos enjeitados.<sup>26</sup>

Dos 40 anos estudados, apenas em 22 anos aparecem nos óbitos as idades do expostos, apresentando uma lacuna de 18 anos na qual não é possível essa análise. Mesmo assim, como mostra a tabela 5, podemos observar a alta taxa de mortalidade; índice ainda mais elevado quando calculado a partir da documentação eclesiástica.

<sup>26</sup> Foram incluídas aquelas crianças que tinham de 0 a 1 ano de idade.

**Tabela 5 – Índice de mortalidade dos expostos (0 a 1 ano de idade),  
Paróquia da Sé - Mariana, 1812-1839**

Ano	% de morte de expostos	Ano	% de morte de expostos
1812	33,33	1824	35,30
1813	6,25	1825	7,70
1815	8,33	1826	25,00
1816	17,65	1827	133,33*
1817	36,36	1828	40,00
1818	46,66	1829	12,50
1819	38,46	1830	54,54
1820	80,00	1831	57,14
1821	40,00	1834	14,30
1822	23,08	1838	14,30
1823	30,80	1839	40,00

Fonte: AEAM, Registros de Batismos e de Óbitos da Sé de Mariana, 1812-1839.

\* Nesse ano encontramos mais óbitos de inocentes do que nascimento de crianças.

## **IX - Causa da morte**

Infelizmente, dos 240 óbitos, apenas 70 registram a causa das mortes, ainda assim, trata-se de informações subjetivas. Os sintomas são confundidos com doenças, impossibilitando o conhecimento específico das causas que estavam por trás daquelas designações. (Quadro 1).

## Quadro 1 – Causa da Morte de Expostos da

### Paróquia da Sé de Mariana, 1800-1839

CAUSA DA MORTE	Nº DE CRIANÇAS MORTAS
Febre	19
Ataque interno	10
Fluxo/defluxo	10
Inflamação/inflamação interna	09
Ataque do peito	03
Bexigas	03
Tose	03
Malina/maligna	02
Moléstia no peito	02
Hidropisia	02
Apoplexia	01
Constipação	01
Convulsões	01
De repente	01
Ética	01
Moléstia interna	01
Sarnas	01

Fonte: AEAM, Registro de Óbitos da Sé de Mariana, 1800-1839

As principais causas das mortes são *fluxo/deluxo; inflamação interna, febre e ataque interno*. Na verdade sintomas de doenças, cujas causas os registros paroquiais não revelam. E não aparece, nesses registros, a morte causada pelo mal-de-sete-dias (tétano), o que pode evidenciar que se tratava de bebês maiorzinhos, que já haviam sobrevivido à infecção pós-parto.

Ao fazermos uma relação entre as documentações de batismos, matrículas de expostos e óbitos, teremos o seguinte quadro: das 313 crianças expostas batizadas, 283 deram entrada no auxílio pago pela Câmara Municipal, destas, 229<sup>27</sup> não sobreviveram aos 7 anos de vida (Índice de Mortalidade de 823 por mil). Por um lado, esses dados

<sup>27</sup> Exclusive 11 registros de óbitos de expostos maiores de 7 anos.

sugerem um sub-registro de mortes de enjeitados na documentação paroquial (Tabela 3); por outro confirmam os estudos a respeito do tema, que mostram ser a morte o destino da esmagadora maioria das crianças enjeitadas.

## **X - Famílias criadeiras**

As matrículas nos fornecem outras informações sobre as criadeiras, além daquelas analisadas no item “Perfil da exposição”. Entre elas estão os casos de fraudes reconhecidos pela Câmara, como ocorreu com Leocádia. Menina que foi exposta a Paschoa Maria da Silva e algum tempo depois o Senado descobriu a origem de seus pais e entregaram a eles a criança, fazendo-os restituir o dinheiro gasto com a criação.<sup>28</sup>

Por outro lado, cabe perguntar o que ocorria quando uma criadeira falecia no período da criação? A documentação nos mostra duas possibilidades: a primeira era a transferência da criança para o herdeiro da matriculante. Foi o que ocorreu com Anna Joaquina de São Jose que, após sua morte a criação da exposta Rachel, ficou a cargo de sua irmã e herdeira.<sup>29</sup> Na inexistência de um herdeiro, o inocente era entregue a outra criadeira, por resolução da Câmara.

Uma matrícula, entre as 283, nos chamou a atenção devido à anotação que fez o escrivão no fim do documento, como abaixo indicamos:

Declarou a matriculante Vicência Ferr<sup>a</sup> da S<sup>a</sup> que na noite do dia 25 de junho de 1804 lhe foi tirada de sua casa a

---

<sup>28</sup> AHCMM, Matrícula de Expostos, código 343, p. 95v.

<sup>29</sup> AHCMM, Matrícula de Expostos, código 343, p. 80v.

exposta Joaq<sup>a</sup> p<sup>r</sup> pessoas desconhecidas, e com violência, por constar faço este assento (...).<sup>30</sup>

O que esconderia essa declaração, levando em consideração que Mariana era uma localidade pequena, onde todos deveriam se conhecer e em que vigorava a lei do “ouvi dizer”? O que ocultava essas pessoas chamadas “desconhecidas”? Talvez tenhamos aqui, também, uma espécie de fraude na tentativa de justificar o desaparecimento de uma criança.

E as famílias criadeiras, o que as levavam a criar um exposto? Determinar uma causa única para o fato seria equivocado, pois várias poderiam ser as causas que fariam essas pessoas se interessarem pela criação.

No século XVI, entre outros benefícios, a legislação incluía recompensas para aqueles que se dispusessem a criar gratuitamente um enjeitado. Entre elas estava a manutenção do exposto consigo após os sete anos, para usufruir do seu trabalho como forma de pagamento por tê-lo sustentado de graça durante o período da criação.

Um século mais tarde foi incluído àqueles, privilégios militares, onde os maridos das amas ficariam isentos de serviços militares e algum tempo mais tarde, seus filhos passariam a desfrutar igualmente dessa lei.

Além disso, os gastos com a criação de um enjeitado poderiam ser abatido nos foros devidos pela criadeira ao legislativo. A criação acabava funcionando, dessa forma, como uma espécie de moeda tanto comercial como religiosa, pois tinham pessoas que acolhiam essas criancinhas sem requerer estipêndio, as acolhiam por caridade ou pagamento de promessas.

---

<sup>30</sup> AHCM, Matrícula de Expostos, código 343, p. 10v.

Infelizmente, na documentação trabalhada, os dados referentes a essas famílias criadeiras são precários, poucos são as matrículas que registraram a cor, o estado civil daqueles que se responsabilizaram por criar exposto. O que os documentos nos revelam é que parte considerável dos matriculantes era do sexo feminino. E se tratava, na maioria das vezes, de pessoas humildes, já que havia um número maior de matriculantes cujos nomes não precediam títulos como “Dona”, “Sargento Mor”, etc.

Outra informação que nos traz a documentação é o valor pago pela criação, nos possibilitando saber que, durante esses quarenta anos estudados, a Câmara pagava por mês 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis) as criadeiras. Embora o estipêndio fosse irrisório, poderia fazer diferença num domicílio desprovido de recursos. Além do mais, quando findava a criação, a quantia paga somaria 201\$600 (duzentos e um mil e seiscentos réis) o que poderia ser revertido na compra de um escravo adulto, tornando a criação bem atraente.

Seja qual tenha sido o motivo, pessoas de Mariana, provindas de diferentes origens, tanto social como étnica, acolheram, em seus domicílios, esses pequenos que foram expostos pelas suas famílias de origem.

## **XI - Após os 7 anos**

Qual seria o destino daqueles expostos que resistiram a alta taxa de mortalidade e sobreviveram aos sete anos de vida? Para tentarmos responder a essa pergunta, que é dificultada com o término do pecúlio, quando, então, perde-se o percurso da vida do

enjeitado que deixa de ser responsabilidade camarária; procuramos fazer uma análise dos fogos que receberam aquelas crianças.

Então, consultamos no AHCMM as “Listas Nominativas” (levantamento ou censo da população) correspondente ao início do século XIX, referentes aos anos de 1819, 1822 e 1835.<sup>31</sup> Para o ano de 1819, encontramos 144 expostos, sendo que destes, 55 pertenciam à cidade de Mariana e o restante dividia-se entre os seguintes distritos: 26 expostos em Santa Rita do Turvo, 26 em Espera, 11 em Antonio Pereira, 9 em São Gonçalo, 7 em Passagem, 4 em Furquim, 3 em São Sebastião, 2 em Manja Léguas e 1 em Brumado (Freguesia do Sumidoro). Como mostra a tabela 4.

Esses dados vêm a comprovar, mais uma vez, que as zonas urbanas expunham mais crianças do que “as zonas rurais, onde as transformações lentas e as solidariedades mais acentuadas propiciavam melhor recepção aos enjeitados”.<sup>32</sup>

Em relação aos expostos, a documentação registra 58% do sexo masculino e 42% do feminino, onde 49% das crianças eram tidas como brancas 40% pardas, 7% crioulas e 4% cabras. Quanto aos domicílios, havia um maior número chefiado por mulheres e conseqüentemente um maior número de mulheres responsáveis por aquelas crianças, confirmando a diferença em relação à segunda metade do século XVIII. Nos fogos que receberam enjeitados, constatamos o mesmo que Bacellar evidencia para Sorocaba: que na maior parte das vezes se tratava de domicílios humildes. Ao enjeitar uma criança, a pessoa que a abandonava procurava um lugar que pudesse criar seu filho; embora muitas

---

<sup>31</sup> No entanto, encontramos menção a exposto apenas para os anos de 1819 e 1835, este último apenas para o distrito de São Caetano do Chapoto.

<sup>32</sup>VENÂNCIO, R. P. *Famílias abandonadas: assistência a criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador-séculos XVII e XIX*. São Paulo: Papyrus, 1999, p.190.

vezes essas casas receptoras não fossem muito díspares das de origem do bebezinho reduzindo, da mesma forma, as oportunidades de sobrevivência da criança.<sup>33</sup>

**Tabela 6 - Total de expostos, em Mariana-1819**

Total geral cor	Total dos menores de 7 anos cor
BRANCOS (HOMENS) 38 (MULHERES) 30 Total 49%	BRANCOS (HOMENS) 13 (MULHERES) 7 Total 43%
PARDOS (HOMENS) 35 (MULHERES) 21 Total 40%	PARDOS (HOMENS) 13 (MULHERES) 4 Total 37%
CRIoulos (HOMENS) 6 (MULHERES) 4 Total 7%	CRIoulos (HOMENS) 4 (MULHERES) 2 Total 13%
CABRAS (HOMENS) 2 (MULHERES) 4 Total 4%	CABRAS (HOMENS) 2 (MULHERES) 1 Total 7%
Total geral 140 *	Total geral 46*

Fonte: AHCMM, Lista Nominativa de Mariana, 1819.

\* Exclusive 4 expostos por não se identificar a cor.

No quadro de apresentação da idade, notamos que havia criadeiras cuja idade avançada as impossibilitava ser a mãe-de-leite da criança; o que sugere a utilização de amamentação artificial, contribuindo ainda mais com o alargamento das taxas de óbitos

<sup>33</sup> BACELLAR, C. de A. Op. cit.



entre esses pequeninos. Segue a condição das criadeiras segundo a documentação trabalhada (Quadro 2):

**Quadro 2 - Condição social das criadeiras de expostos de Mariana, 1819**

CONDIÇÃO	Nº DE CASOS
Pobre/indigente	31
Tem um ofício	29
Tem casas, escravos, chácara, roças.	26
É militar	07
Tem imóvel	05
Tem + de 1 escravo	03
Tem 1 escravo	02
Total	103

Fonte: AHCMM, Listas Nominativas de Mariana, 1819.

Quanto àqueles maiores de sete anos, que é o nosso objeto de estudo, questionamos a respeito de seu destino. Provavelmente, a resposta a esta questão não é apenas uma, mas várias. Podemos, por exemplo, sugerir as três seguintes probabilidades: a primeira seria aquela em que os pais fariam o reconhecimento tardio da filiação, como mostra a transcrição abaixo:

Aos 14 de janeiro de 1813 (...) batizou a innoc. M<sup>a</sup>, filha natural de Antonia M<sup>a</sup> da Conceição, a qual foi dada a criar a Anna Joaquina Cr<sup>a</sup> forra desta cidade e então batizada como exposta, mas agora reconhecida por sua mãe em companhia de quem vive a des annos : e por requerimento da mesma mãe e despacho (...) abri este assento com esta declaração informando Iria Pereira que foi parteira e M<sup>a</sup> Felicia sabem asistio e jurarão ser a verdadeira filha (...) p constar (...) declarando que M<sup>a</sup> innoc. Filha da sobrdita Antonia. Aos 21 de fevereiro de 1826.<sup>34</sup>

<sup>34</sup> AEAM, Livro de Batismos da Sé de Mariana, 17 “O”, p. 129r.

No entanto, o reconhecimento tardio era raro, indicando que, quando um bebê era exposto, na maioria das vezes ocorria mesmo uma ruptura familiar, ou seja, indica que o abandono era definitivo.

A segunda possibilidade seria a incorporação desses enjeitados às famílias criadeiras, como mostra recenseamentos de finais do século XVIII e início do século XIX, onde essas crianças são listadas junto aos filhos legítimos, o que poderia sugerir a incorporação daquelas como filhos. Lembrando que a adoção legal, como a entendemos hoje, era inexistente. O exposto, na verdade, era ajudado a “tomar estado” sem direito de herdar bens da família, só herdariam na eventualidade de não existirem herdeiros. Em Mariana, no ano de 1819, apenas duas expostas aparecem recenseadas junto à lista dos filhos legítimos, mostrando que essa prática não era corriqueira.

A terceira hipótese seria fazer do enjeitado um trabalhador ou criado doméstico alargando o número de agregados, contribuindo, como mão-de-obra, para a sobrevivência do dia-a-dia dos domicílios. Dos 144 expostos registrados nas Listas Nominativas em Mariana, no ano de 1819, 94 eram maiores de sete anos. Não dispunham mais do auxílio camarário, mas continuavam no domicílio daqueles que provavelmente os tinham criados, atingindo o objetivo da Câmara, que era a criação de vínculos entre expostos e criadores.

Também, encontramos indivíduos que, independentemente da idade, carregavam a denominação “exposto”, como a exposta Genoveva de 62 anos; o que reforça a idéia de que levavam consigo essa denominação, pelo menos, até um provável “casamento”.

Desses 94 indivíduos, 49 eram homens e 45 mulheres, e, desses, o percentual de brancos correspondiam a 51%, os pardos somariam 42%, 4% foram considerados

“crioulos” e 3% “cabras”. Esses dados demonstram que os de pele mais clara tinham maiores probabilidade de permanecer em um domicílio após completarem o sétimo aniversário, o que talvez fosse resquícios do tempo em que a Câmara se recusava a pagar pela criação de crianças que não fossem reconhecidos os atestados de brancura.

Quanto à inserção desses enjeitados no domicílio, a documentação nos mostra que duas enjeitadas foram aparentemente incorporados à família criadeira como filhas, por estarem recenseados junto às listas dos filhos legítimos dos *cabeças dos fogos*. Outros 2 expostos, provavelmente, acabaram sendo escravizados, pois se encontravam junto ao rol de escravos. Isso poderia insinuar que tal fato ocorreu porque eram filhos de escravas que haviam expostos seus bebês na tentativa de torná-los forros, mas foram reconhecidos e reescravizados pelos seus senhores, ou mesmo que se tratavam de crianças livres que foram expostas e acabaram sendo incorporadas pelo criador aos escravos do domicílio.

Desses 94 expostos maiores de 7 anos, 12 tinham uma ocupação e 2 possuíam escravos, o que revela que teriam alguma forma de ganho, embora não registrado na documentação, para poder comprar um cativo; e os 78 restantes acabaram se tornando mão-de-obra suplementar, incorporada ao domicílio na forma de “agregado”. Ver quadro 3.

Gutiérrez e Lewkowiz,<sup>35</sup> numa análise referente ao trabalho infantil na primeira metade do século XIX, para Mariana, mostram, através das Listas Nominativas de 1831 e 1840, que as crianças eram utilizadas em diversas funções, destacando-se a confecção

---

<sup>35</sup> GUTIERREZ, H. & LEWKOWICZ, I. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *Locus*, n. 9, 1999, p. 9-21.

de tecidos e na agricultura. No caso dos expostos, em nossos estudos, infelizmente a documentação nos revela a ocupação de apenas alguns deles, ocultando a ocupação específica da maioria que são listados apenas com a denominação de "agregados".

**Quadro 3 - Ocupação dos expostos maiores de 7 anos em Mariana, 1819**

Situação	Nº de casos
agregados	78
Adotados	02
tem negócio	02
tem escravo	02
fiandeira	02
estudantes	01
anda com tropa	01
moço do coro	01
pedreiro	01
escrivão	01
soldado do terço da cidade	01
foi escravizado	01
alfaiate	01
Total	94

Fonte: AHCMM, Listas Nominativas de Mariana, 1819.

## Conclusão

Discutindo as hipóteses possíveis de destino para os expostos, acabamos por verificar que o abandono era uma forma de ruptura familiar, sendo que a morte era o destino mais freqüente das crianças enjeitadas. Por outro lado, o grupo das crianças sobreviventes acabava se integrando à família criadeira, ou a outras famílias, na condição de agregados, constituindo parte importante da força de trabalho dos domicílios.

Tal prática é uma constante durante todo o século XIX, principalmente no período pós-abolucionista. Tal conjuntura explicaria porque, em fins do oitocentos, é cada vez menor os gastos da Câmara de Mariana com expostos, que teria explicação no fato de as famílias criadeiras estarem acolhendo meninos e meninas gratuitamente, pois, cada vez mais, eles passam a ser visto como trabalhadoras em potencial. Talvez seja contemporâneo a esse período o emprego do termo “filho de criação”, que, na verdade, era uma forma de se adquirir mão-de-obra barata, já que as crianças nessa condição não faziam parte legalmente da família e nem participavam da divisão dos bens deixados em herança.

Não há em nossos dias, como não houve no passado, uma política voltada às famílias carentes, procurando dar-lhes condições de criar seus filhos, sem ter que recorrer a algum tipo de instituição:

Durante o século XX, foi mantida a perversa tradição de estigmatizar os pobres e de excluir qualquer possibilidade de implantação de uma política assistencial voltada à família (...). Da mesma forma que no período colonial, as famílias pobres dos nossos dias só encontram uma saída

para socorrer os filhos carentes: entrega-los a uma instituição mantida pelo Estado ou pela filantropia privada, abandonando-os assim à própria sorte.<sup>36</sup>

Atualmente, em algumas localidades, existe a presença das chamadas “mães sociais”, mulheres que recebem da prefeitura para cuidar de uma criança tida como abandonada ou desamparada. Tragicamente, repete-se os moldes de uma forma de assistência antiga - a da “criadeiras de expostos”-, cuja existência se mostrou corrompida e ineficiente. Por outro lado, infelizmente milhões são gastos em programas como FUNABEM e FEBEM, instituições comprovadamente ineficazes que funcionam como uma espécie de “escola para marginais”.

Em vez de se caminhar em busca de soluções para o problema da infância desvalida, os esforços empregados são apenas tentativas de sanar os sintomas das causas reais. E pior, retrocedendo a práticas que o tempo se encarregou de demonstrar sua ineficácia. Embora tenha se passado mais de um século e meio, presenciamos, em pleno século XXI, mecanismos sociais que levam a utilização da mão-de-obra infantil, sem que nada, ou quase nada, seja feito em prol de nossos meninos e meninas carentes.

---

<sup>36</sup>VENANCIO, R. P. Op. cit, p. 170.

## **Fontes**

### **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)**

#### *Paróquia da Sé*

Registro de Batismo (1807-1839).

Registro de Óbito (1800-1839).

### **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM)**

Listas Nominativas (1819, 1822 e 1835).

Livros de Matrícula de Expostos (1800-1833).

Livros de Receita e Despesa da Câmara de Mariana (1800-1839).

### **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**

Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos e avulsos da Capitania de Minas Gerais (1680-1832). AHU-Con. Ultra-Brasil/MG-Cx: 81, doc.: 20, CD-ROOM nº 23.

## Bibliografia

ANDRADE, F. E. de. Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do “Ano da Fumaça” (1833). In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 127-135.

ARIÈS, Ph. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, G. C. A tutela e o contrato de soldada: a reivindicação do trabalho Compulsório infantil. *História Social*, n. 3, 1995, p. 11-36.

BACELLAR, C. de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

DAVID, A. *Tutores e tutelados: a infância desvalida em Franca (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Franca: FHDSS/UNESP, 1997.

BURGUIÈRE, A. A demografia. In: LE GOFF, & NORA, P. (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CAMPOS, A. L. de A. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). *Revista de História*, n. 117, 1984, p. 27-69.

CARDOSO, C. F. S. & BRIGNOLI, C. H. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARRARA, A. A. Padrões de existência, regime alimentar e movimento de preços numa sociedade em transição: Minas Gerais, 1750-1900. *Varia História*, n. 23, 2000, p. 131-153.

CARVALHO, J. A. de, SAWYER, D. O. & RODRIGUES, R. do N. *Introdução alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. Belo Horizonte: ABEP/UNFPA, 1994.

CASEY, J. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA, I. DEL N. da. História e demografia. *Revista de História*, 28, n. 109, 1977, p. 195-205.



- DEL PRIORE, M. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Olympio/Ednub, 1993.
- \_\_\_\_\_. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Historia das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FIGUEIREDO, L. R. de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FREITAS, M. C. de. (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- FONTE, T. A. da. *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*. Viana do Castelo: Edição: Câmara Municipal de Ponte de Lima (Portugal), 1996.
- GERTZE, J. *Infância em perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre, 1837-1880*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1990.
- GODOY, M. M. Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial. In: *Varia História*, v. 15, 1996, p. 161.
- GUSMÃO, A. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. (Lisboa – 1685). Facsimile, sob a responsabilidade de Elomar Tambara e Gomercindo Ghiggi. Pelotas, RS: Seiva Publicações, 2000.
- GUTIERREZ, H. & LEWKOWICZ, I. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *Locus*, n. 9, 1999, p. 9-21.
- HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: UFPR, 1997.
- LEWKOWICZ, I. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. *Estudos de História*, v. 12, 1993, p. 13-28.
- LIMA, L. L. da G. & VENANCIO, R. P. Os órfãos da lei: o abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871. *Estudos Afro-asiáticos*, n. 15, 1988, p. 24-33.
- MARCÍLIO, M. (org.). *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Pioneira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Cedhal/Paulinas, 1986.

MATTOSO, K. de Q. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo – Brasília: Corrupio - CNPq, 1988.

MESGRAVIS, L. A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. *Revista de História*, v. 103, n. 2, 1975, p. 401-423.

MORAIS SILVA, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: s.e., 1789.

QUINTANEIRO, T. *Retratos de mulheres: a brasileira vista por viajadores ingleses e norte-americanos durante o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1500-1775*. Brasília: Edunb, 1981.

SÁ, I dos G. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SAMARA, E. de M. A história da família no Brasil: história e historiografia. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, 1989, p. 11.

SOUZA, L. de M. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. A infância abandonada. In: *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 46-79.

VENANCIO, R. P. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

\_\_\_\_\_. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. *Estudos de História*, v. 14, 1995, p. 153-171.

\_\_\_\_\_. Os expostos e o alcaide das mulheres grávidas”. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 166-169.

\_\_\_\_\_. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

VIDAL GALACHE, F. & GALACHE VIDAL, B. *Borges y bastardados: Una História de la Inclusa de Madrid*. Madrid: Compañia Literaria, 1995.